

Plenário retoma trabalhos e aprova 17 autoridades

Acordo fechado entre líderes e o presidente interino do Senado, Tião Viana, deu início ontem a um esforço coletivo para retomar os trabalhos, com a aprovação de 17 nomes de autoridades. A partir de hoje, devem ser apreciadas as três MPs que trancam a pauta, abrindo caminho para duas propostas da reforma política e, possivelmente, o fim do voto secreto. As negociações para prorrogar a CPMF tomam corpo, com a visita ao Senado do presidente da República em exercício, José Alencar. **Páginas 3 e 4**

Calendário de processos contra Renan será definido

Em reunião marcada para as 10h, o Conselho de Ética pode definir um cronograma de trabalho para os três processos que pesam contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. Um quarto processo, sobre tentativa de espionagem, poderá ter relator designado ainda hoje, caso seja recebido antes da reunião. **Página 8**



Tião Viana (E) e lideranças do Senado fecharam acordo para desobstruir a pauta, o que poderá ocorrer hoje com a votação de três MPs

Acordo para precatórios ainda distante

Debate promovido pela Comissão de Constituição e Justiça deixou claras as divergências em torno da proposta de emenda à Constituição que regulamenta o pagamento de precatórios (dívidas decorrentes de sentenças judiciais) devidos por União, estados, Distrito Federal e municípios. Enquanto representantes dos estados defendem e especialistas condenam, o relator sente dificuldades em concluir seu parecer. **Página 6**

Senadores cobram dos bancos a redução de tarifas

Em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos proposta pelos senadores Aloizio Mercadante e Flexa Ribeiro, o dirigente da Federação Nacional dos Bancos, Fábio Barbosa, ouviu críticas aos aumentos, considerados excessivos, dos preços de serviços cobrados dos consumidores bancários. **Página 5**

Comissão quer elaborar projeto de lei de comunicação eletrônica

A Comissão de Educação pretende elaborar projeto de lei geral de comunicação social eletrônica, segundo anunciou seu presidente, senador Cristovam Buarque. Tema foi debatido ontem com especialistas. **Página 6**

O desafio de crescer, incluir e preservar

Propostas para que o país cresça com inclusão social e preservação ambiental foram tema de audiência. **Página 7**



Presidida por Mercadante (E), CAE defende regulação e ouve a defesa da Febraban



Marco Maciel (C) conduz debate sobre pagamento de precatórios

Presidente interino recebe comitiva com representantes da indústria e do comércio e governadores de Rondônia e Roraima entregam manifesto de apoio a pleito venezuelano

Tião Viana apóia ingresso da Venezuela no Mercosul

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebeu na manhã de ontem o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e uma delegação integrada pelo presidente da Câmara Venezuelano-Brasileira de Comércio e Indústria, José Francisco Fonseca Marcondes Neto, além de outras autoridades representantes do mercado entre aquele país e o Brasil. O senador declarou seu apoio ao ingresso da Venezuela no Mercosul.

Em setembro, Viana foi à tribuna retirar declarações em que criticava o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, por ataques que aquele governante teria feito ao Senado brasileiro. Informado de que, em programa de rádio, Hugo Chávez dissera que suas palavras haviam sido deturpadas



Tião Viana recebe Aldo Rebelo e delegação venezuelana com autoridades da indústria

pela imprensa.

O presidente interino recebeu o documento “Manifesto de Manaus”, no qual os governadores de Rondônia, Ivo Cassol, e de Roraima, Ottomar Pinto, e mais 57 entidades das regiões Norte e Nordeste expressam seu apoio à integração da Venezuela ao Mercosul.

Tião Viana recebeu ainda o es-

tudo “Venezuela no Mercosul – A Integração Positiva”. O documento registra a opinião de 527 empresas responsáveis por 86,45% das trocas comerciais entre Brasil e Venezuela em 2006. A pesquisa, feita entre 13 de julho e 13 de setembro, revelou que 76,53% das empresas consultadas se mostraram favoráveis ao ingresso da Venezuela no Mercosul.

Governador do Acre prevê paz no trabalho legislativo

O governador do Acre, Arnóbio Marques, e deputados federais do estado cumprimentaram ontem o presidente interino do Senado, Tião Viana, pela nova missão assumida na Casa. Nos 45 dias em que exercerá o cargo, o senador deverá trazer paz e tranquilidade aos trabalhos legislativos, acredita o governador acreano.

Tião Viana afirmou sua intenção de cumprir a missão com humildade, responsabilidade e determinação.

– O Senado precisa ter diálogo e votação para avançar na credibilidade – afirmou.

O senador também comemorou com o governador e a bancada federal resultados positivos na área da educação do Acre.

Senador confirma presença em solenidade da Fifa

O Senado estará representado em solenidade da Fifa marcada para o próximo dia 30, na Suíça, onde será escolhido o país sede da Copa do Mundo de 2014. A decisão foi comunicada ao presidente da CBF, Ricardo Teixeira, que ontem esteve na Casa para convidar pessoalmente Tião Viana.

O Brasil é candidato único a sediar a Copa do Mundo de 2014, mas isso não significa, segundo Ricardo Teixeira, a confirmação, pela Fifa, do país como sede do evento. O presidente da CBF ponderou que o Brasil precisa continuar atento e atender às exigências estabelecidas pela entidade.

Ao final do encontro, Tião Viana assinalou que o Senado está pronto a agilizar a tramitação de projetos de interesse da área esportiva.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Lideranças retomam negociações para liberar a pauta

Em sessão marcada para as 14h, os senadores retomam as negociações para destrancar a pauta de votações, obstruída pelo projeto relativo ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e por três projetos de lei de conversão – dois deles abrem crédito extraordinário em favor de órgãos do Poder Executivo e o outro institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Atendimento presencial a usuários de telefonia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se, às 8h45, para votar projeto que altera a Lei dos Serviços de Telecomunicações (Lei 9.472/97) destinada a garantir atendimento presencial aos usuários desses serviços. Também deverá ser examinada proposta que veda a co-

brança de pontos adicionais de sinal de serviços de TV por assinatura quando forem instalados em um único domicílio. A pauta da CCT ainda inclui 23 projetos de decreto legislativo relativos a renovações de concessões de funcionamento de emissoras de radiodifusão.

Na CCJ, regras para votar indicações de autoridades

O primeiro item da pauta de 18 matérias a serem examinadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) visa disciplinar as votações de mensagens presidenciais com indicações de autoridades. A partir das 10h, o colegiado também analisa dois projetos de resolução: o que institui o regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado e o que altera o nome da Comissão de Educação (CE) para Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

CMO examina receitas do Orçamento para 2008

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para analisar o relatório de receitas elaborado sobre o projeto de lei do Orçamento para 2008. Assinado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), o texto indica um aumento de R\$ 13,8 bilhões nas receitas

primárias brutas, em relação ao previsto pelo governo, o que eleva o montante da receita total para o ano que vem em R\$ 695,5 bilhões. Na mesma reunião, a CMO analisará o relatório preliminar ao Plano Plurianual para o período 2008-2011.

Maior competitividade para vinho nacional

A partir das 11h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa projeto que tem o objetivo de melhorar as condições de competição do vinho nacional. Ainda na pauta, projeto que inclui a carne suína na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM.).

Presidente da Funasa fala sobre saneamento na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza às 11h debate com o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Francisco Danilo Bastos Forte, sobre programa lançado pelo governo em setembro, com o objetivo de beneficiar 15 milhões de famílias em mais de mil municípios – o chamado PAC/Funasa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Papaléo Paes e Geraldo Mesquita Júnior

Lideranças definem pauta da semana com presidente interino e incluem fidelidade partidária na lista de votações; CPMF deve ser discutida hoje com José Alencar

Divergência sobre diretor para o Dnit

Com voto contrário dos senadores do PSDB, o Senado aprovou ontem a indicação de Miguel de Souza para o cargo de diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que a inclusão dessa indicação na ordem do dia foi uma surpresa, que o seu partido desconhece quem seja Miguel de Souza e orientou a bancada a votar contra.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que se houve algum erro, este foi involuntário, pois o acordo firmado com a oposição previa a votação de nove indicações. O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), explicou a Arthur Virgílio que, de acordo com o Regimento Interno, a única possibilidade de não votar a indicação para o Dnit seria derrubar a sessão por falta de quórum.

Acolhidos nomes de dez embaixadores

O Plenário do Senado aprovou ontem dez mensagens da Presidência da República com a indicação de nomes para embaixadas do Brasil no exterior. Também foi aprovada a indicação do diplomata Raymundo Santos Rocha Magno para exercer o cargo de delegado permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci).

Foram aprovados pelos senadores, para o cargo de embaixador do Brasil na Áustria, Júlio Cezar Zelner Gonçalves; no Estado do Catar, Anuar Nahes; na Colômbia, Valdemar Carneiro Leão Neto; nas Filipinas, Alcides Gastão Rostand Prates; no Vietnã, João de Mendonça Lima Neto; no Peru, Jorge d'Escragnolle Taunay Filho; em Honduras, Brian Michael Fraser Neele; na República Tcheca, Leda Lúcia Martins Camargo; na Grécia, Affonso Emílio de Alencastro Massot; e na Venezuela, Antônio José Ferreira Simões.

Novos dirigentes para as agências reguladoras

O Senado aprovou ontem a recondução de Alfredo Luiz de Almeida Cardoso ao cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Também foi aprovada a indicação de Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de diretor da ANS.

Para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foi aprovada a indicação do brigadeiro-do-ar Allemander Jesus Pereira Filho, em complementação ao mandato de Jorge Luiz Brito Velozo, que renunciou após o agravamento do caos aéreo com o acidente em Congonhas envolvendo um avião da TAM.

Na área do Judiciário, foi acolhida a indicação do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Orestes Dalazen, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, em substituição ao ministro Gelson de Azevedo, que se aposentou.

O ex-deputado Agnelo Queiroz também teve aprovado seu nome para o cargo de diretor-geral da Agência nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

José Alencar debate propostas com senadores

O presidente da República em exercício, José Alencar, vem ao Senado hoje para discutir com os líderes e presidentes de comissões as próximas votações da Casa, entre elas, a proposta de emenda à Constituição que prorroga até 2011 a cobrança da CPMF – principal projeto de interesse do governo em tramitação no Legislativo.

A informação foi dada pelo presidente interino do Senado, Tião Viana, segundo o qual Alencar vem externar seu apreço pelo Legislativo e estreitar o diálogo do Executivo com a instituição. Nesse encontro, que poderá contar com a participação de ministros, deverão ser discutidos também projetos como os das reformas tributária e política, disse Viana, que defendeu a votação do projeto que prevê o financiamento público das campanhas eleitorais.



Por falta de acordo, a votação das medidas provisórias que abrem créditos extraordinários foi adiada para a sessão de hoje

Senado retoma votação e aprova indicações de 17 autoridades

Após acordo firmado em reunião dos líderes com o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), o Plenário retomou ontem as votações e aprovou mensagens da Presidência da República com indicações de 17 nomes para agências reguladoras, embaixadas e outros órgãos.

O acordo previa ainda a apreciação de duas medidas provisórias, mas, como não houve entendimento, a votação dessas matérias foi transferida para a sessão de hoje.

Foram aprovadas indicações de diretores para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Agência Nacional de Saúde Suplementar

(ANS), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e de um novo membro para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os senadores também aprovaram indicações de diplomatas para dez embaixadas brasileiras no exterior e para a Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci).

A pauta de hoje inclui dois projetos de lei de conversão – o PLV 30/07, proveniente da Medida Provisória 381/07, e o PLV 31/07, originado da MP 383/07 – que abrem créditos extraordinários a diversos órgãos do Executivo (R\$ 6,32 bilhões e R\$ 1,195 bilhão, respectivamente), além de um

terceiro, o PLV 32/07 (proveniente da MP 384/07), que cria o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci).

Vários senadores elogiaram Tião Viana durante a sessão. Gerson Camata (PMDB-ES), Fátima Cleide (PT-RO), Osmar Dias (PDT-PR) e Renato Casagrande (PSB-ES) ressaltaram a pontualidade do início da ordem do dia. Também saudou a estréia de Tião Viana na presidência da Mesa o senador Romeu Tuma (PTB-SP). Já César Borges (PR-BA), Heráclito Fortes (DEM-PI), José Nery (PSOL-PA), Aloizio Mercadante (PT-SP) e José Agripino (DEM-RN) enalteceram a ascensão de Viana à Presidência.

Plenário discute reforma política nesta semana

A inclusão, na ordem do dia desta semana, de duas propostas de emenda à Constituição que tratam da reforma política foi a principal decisão tomada ontem em reunião de líderes com o presidente interino da Casa, Tião Viana.

A PEC 23/07, de autoria do senador Marco Maciel (DEM-PE), assegura aos partidos a titularidade dos mandatos parlamentares. Já a PEC 29/07, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), admite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Ambas foram relatadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por Tasso Jereissati (PSDB-CE), que propôs a inclusão das matérias na pauta.

O acordo previa a apreciação das PECs para hoje, mas, diante da impossibilidade de se chegar a um entendimento quanto à votação das medidas provisórias

previstas para ontem, Tião Viana pediu a colaboração dos senadores no que ele classificou de “missão em defesa da instituição”.

– Não podemos permitir que o Supremo Tribunal Federal [que há duas semanas deliberou sobre fidelidade partidária] legisle no lugar do Senado. Isso não é nada bom para o princípio da igualdade entre os Poderes – disse.

Voto secreto

Quanto às propostas que tratam do fim do voto secreto em processos de perda de mandato de senador – PECs 38/04, de Sérgio Cabral (PMDB-RJ), 50/06, de Paulo Paim (PT-RS), e 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR) –, ainda são necessárias mais duas sessões de discussão para iniciar o processo de votação em primeiro turno. Viana afirmou que a votação pode começar ainda esta semana.

Os líderes deixaram a reunião

com o presidente interino da Casa demonstrando satisfação em relação à condução dos trabalhos.

– Mas não esperem nenhuma paz de cemitério – alertou o tucano Arthur Virgílio (AM).

Tião Viana considerou que todos os esforços estão voltados para a retomada das votações e do diálogo entre os partidos.

– O ambiente é de um pacto em favor da instituição – afirmou.

Ele acrescentou que a reunião também caminhou para um compromisso em torno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Viana admitiu que, da forma como foi aprovada pela Câmara, a PEC da CPMF não deve passar no Senado. As possibilidades de reformulação da proposta devem começar a ser analisadas hoje, com a vinda ao Senado do presidente da República em exercício, José Alencar.

Uma disputa sucessória seria prejudicial ao Senado num momento em que a instituição precisa recuperar sua credibilidade perante a opinião pública, diz presidente interino

Tião Viana diz que não é hora de se discutir sucessão de Renan

A idéia de discutir agora a sucessão do presidente do Senado, Renan Calheiros, licenciado desde a última quinta-feira (11), foi avaliada ontem pelo presidente interino, Tião Viana, como um prejuízo concreto ao Senado. Para ele, é preciso primeiro pensar na instituição, que estaria com sua credibilidade “agonizando” perante a opinião pública.

– Não sou candidato em hipótese alguma. Entendo que só tenho que pensar no mandato-tampão que estou cumprindo, que é essa interinidade de 45 dias. Renan Calheiros tem o direito de retornar à Presidência na hora que quiser ou após os 45 dias. E acho completamente inoportuno o debate sobre sucessão, porque, se nós queremos pacificar o Senado, não podemos abrir o espaço para disputas de grupos e interesses que venham a prejudicar uma agenda legislativa que é vital para recuperar a imagem da instituição – declarou em entrevista coletiva.

Uma disputa sucessória não vai resultar em benefício algum para o Senado, no entendimento de Tião Viana. Mas, se essa disputa acontecer, ele considera que ao



Em entrevista coletiva, Tião Viana diz que Presidência do Senado é, de direito, do PMDB

PT, como quarta força política da Casa, não cabe ambicionar a Presidência, “posto que é, de direito, do PMDB”.

– Caso o assunto sucessão venha a surgir, penso que o PMDB é que está autorizado a fazê-lo. Ele que é responsável pela Presidência do Senado nas mãos de Renan. E o PMDB entende que tem o dever de lealdade e de defesa de Renan. Se o PMDB não está pensando além disso, como alguém pode abrir um debate que não fará bem à instituição? – questionou.

Ao se referir à conversa que teve na segunda-feira com o presidente licenciado, Tião Viana afirmou que o senador alagoano

está tranqüilo, preparando sua defesa às representações a que responde no Conselho de Ética. Disse também que Renan pretende deixar a residência oficial nos próximos dias.

Sobre mudanças no quadro funcional do Senado, Tião Viana observou que está fazendo “o que qualquer um faria”.

– É um procedimento absolutamente natural e acho que, na interinidade, tenho de ser comedido e não pensar em um mandato duradouro porque estaria prejudicando a Casa. Não tenho nenhuma pretensão de fazer modificações que venham a trazer qualquer instabilidade à administração da Casa – declarou.

Viana aponta crescimento de Lula com instituições fracas

O presidente interino do Senado, Tião Viana, concedeu ontem entrevista à jornalista Cristina Lemos, que apresenta o programa *Brasília ao Vivo*, da Record News. A possibilidade de o presidente Lula voltar a disputar o Palácio do Planalto em 2014 foi uma das questões respondidas pelo senador.

– Lula está nadando de braçada na política brasileira. Do jeito que está, vamos afundar cada vez mais e o presidente vai crescer

cada vez mais – disse.

Na opinião de Tião Viana, se as instituições que são referência nacional, como o Legislativo e o Judiciário, não recuperarem sua credibilidade e sua imagem pública, vai-se ampliando um vazio que não é bom para ninguém. Crítico do clima de paralisia da discussão parlamentar que predomina atualmente no Legislativo, o senador observou que, ao contrário do que ocorria nos anos 50, o Brasil vive uma fase amorfa no

grande debate político.

O presidente interino também criticou a negligência do Parlamento ao se omitir em legislar sobre temas como fidelidade partidária, deixando para a Justiça a definição dessas normas. E, referindo-se à propensão do Judiciário para substituir princípios doutrinários por teses mais agradáveis à opinião pública, Tião Viana afirmou que as instituições devem partir para decisões mais elevadas.

Virgílio e Casagrande querem nome do PMDB com trânsito na oposição

Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PSB, Renato Casagrande (ES), disseram acreditar que o melhor caminho para uma eventual sucessão de Renan Calheiros na Presidência do Senado será a escolha de um nome do PMDB bem relacionado com os partidos de oposição.

Os dois líderes entendem que a maior bancada deve fazer o sucessor do atual presidente interino, desde que o indicado seja alguém à altura da tarefa de soerguer a Casa dos abalos sofridos com a recente crise em torno dos processos por quebra de decoro a que Renan responde.

– Uma disputa nesse momento só faria sangrar o Senado ainda mais – avaliou Virgílio, para quem é prematuro discutir a substituição de Renan, em licença até 26 de novembro.

Já para o líder do PSB, caso o afastamento do senador alagoano se torne definitivo, um nome do PMDB capaz de dialogar com a oposição seria a direção adequada para a instituição.

– Discutir sucessão agora não agrega nada, o mais sensato é passarmos por essa interinidade com responsabilidade – aconselhou Casagrande.

O líder do PSDB disse que o novo presidente deve necessariamente reunir algumas qualidades: probidade, independência, trânsito junto à oposição, respeito ao governo e estatura para falar à sociedade sobre o Congresso.

– Não aceitaremos nenhum pau-mandado – resumiu Virgílio, que mencionou exemplos de nomes que considera “de peso” no PMDB: Pedro Simon (RS), Garibaldi Alves (RN), Gerson Camata (ES) e Jarbas Vasconcelos (PE).

Entretanto, na opinião de Virgílio, José Sarney (PMDB-MA) não seria um bom nome, “por ter se omitido durante a crise vivida pela Casa desde maio”.

– Ele já ocupou os cargos mais importantes deste país. Esperávamos que com essa experiência pudesse nos aconselhar num momento que dilacerou o Senado, mas nos decepcionou – analisou.

Ideli pede que venda de bebidas alcoólicas não seja tratada em MP

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), informou que vai pedir ao presidente da República em exercício, José Alencar, que não baixe medida provisória tratando da proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais. A senadora vai sugerir que projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que trata do mesmo assunto, tramite em regime de urgência.

O projeto de Crivella (PLS 148/03) tramita atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tem como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O texto proíbe a venda de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina, estipulando multa no valor de 20 salários mínimos para os estabelecimentos que desobedecerem tal proibição.

Ideli, que se reúne hoje com



Ideli diz que pedirá regime de urgência para projeto de lei sobre o assunto

José Alencar, explicou que a possibilidade de o governo editar uma medida provisória sobre esse assunto foi divulgada pela imprensa como sendo uma forma de tentar diminuir a ocorrência de tragédias no trânsito causadas por motoristas alcoolizados.

– Em vez de baixar uma MP, podemos aproveitar o projeto de origem parlamentar – disse.

Convênio com Senado é destaque na Espanha

Vários jornais espanhóis destacaram a assinatura do convênio entre o Senado brasileiro e a Universidade de Salamanca. O primeiro-secretário, Efraim Moraes (DEM-PB), que representou a Casa na cerimônia, afirmou que a parceria abre o Instituto

Legislativo Brasileiro (ILB) definitivamente para o mundo. “Já contamos, entre nossos parceiros, com o apoio da Open University e a Universidade de Salamanca, como um novo parceiro internacional, representa o coroamento desses dez

anos de envolvimento sério e consistente com a formação e a capacitação de recursos humanos e a abertura de novas possibilidades”, disse Efraim. Representando a universidade espanhola, o reitor José Ramón Alonso firmou o acordo.

Denise Ramos Zoghbi, diretora-executiva do ILB, órgão executivo da Universidade do Legislativo Brasileiro, comemorou a assinatura do convênio, destacando ser este “um grande passo para a consolidação da área educacional do Senado.

Para embaixador, relações entre EUA e Brasil vivem bom momento

Ao sair de reunião restrita a senadores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, afirmou que o primeiro Fórum de CEOs (*chief executive officers*, expressão em inglês para designar o principal executivo de uma empresa) Brasil-EUA, promovido pelo Palácio do Planalto e pela Casa Branca, marcou um importante momento nas relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos.

– Eu penso que ambos os governos estão interessados em apoiar os nossos líderes empresariais na negociação para fazer crescer nosso comércio, o que inclui os produtos agrícolas – declarou o embaixador à Agência e à TV Senado.

Além das questões tarifárias, reciprocidade diplomática, narcotráfico, democracia e Mercosul, o embaixador tratou também da visita de uma delegação de senadores norte-americanos ao Brasil, ainda este ano.

O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), informou que uma delegação de senadores brasileiros visitará os Estados Unidos com o mesmo objetivo. Heráclito ressaltou ter



Sobel é recebido por Heráclito (D), presidente da CRE

partido do embaixador a iniciativa de procurar a comissão.

– Acho que essa iniciativa é um fato importante, principalmente em se tratando dos Estados Unidos. O embaixador tem demonstrado, desde o início de suas atividades no Brasil, um estilo completamente diferente dos que lhe antecederam, o que é muito positivo – declarou Heráclito.

Por sua vez, Sobel afirmou que, para reduzir tarifas alfandegárias, é importante conversar.

O embaixador disse ainda que voltará ao Senado e tem esperança de poder responder as questões levantadas pelos senadores brasileiros sobre os temas de interesse dos dois países.

– Tenho esperança de fazer um bom trabalho de explicar o ponto de vista americano sobre as questões em discussão.

Comissão deve apreciar relatório preliminar do Plano Plurianual

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 14h30, para votar o relatório preliminar do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 e o relatório de receitas do Orçamento para 2008. A reunião marcada para ontem foi cancelada por falta de quórum.

No relatório do PPA, o deputado Vignatti (PT-SC) defende o acolhimento de 17 das 67 emendas recebidas. Após aprovado o parecer preliminar, será aberto prazo até 28 de outubro para apresentação de emendas. Cada parlamentar pode sugerir dez emendas e cada comissão técnica do Senado e da Câmara, até cinco.

A previsão é de que até 4 de novembro o PPA seja aprovado na Comissão de Orçamento para, então, seguir para apreciação no Plenário do Congresso.

Pelo projeto, o setor de energia é o que está recebendo atendimento

prioritário, com previsão de R\$ 288,5 bilhões em investimentos nos próximos quatro anos. A área de transportes tem despesas estimadas em R\$ 55,8 bilhões; assistência social, R\$ 134 bilhões (incluindo recursos para o Bolsa Família); educação, R\$ 141,2 bilhões (R\$ 35,7 bilhões a mais do que o mínimo constitucional exigido, segundo o relatório); e saúde, R\$ 148,1 bilhões.

O relatório do Comitê de Receitas, contando com a prorrogação da CPMF, elevou em R\$ 13,81 bilhões as receitas tributárias para 2008, em relação ao previsto pelo governo no projeto orçamentário encaminhado ao Congresso. Pelo relatório do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a receita líquida aumenta em R\$ 9,5 bilhões, depois de deduzidas as transferências de R\$ 4,3 bilhões para estados e municípios.

Em audiência pública com o presidente da Febraban, senadores questionam os ganhos dos bancos com o aumento dos custos impostos aos usuários de seus serviços

Mercadante e Flexa Ribeiro cobram a redução das tarifas bancárias

O sistema bancário nacional deve adotar de imediato medidas que reduzam o custo das tarifas bancárias, ou o governo e o Congresso poderão se unir para aprovar uma lei regulamentando essas cobranças, disse ontem o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), em audiência pública com o presidente da Febraban, Fábio Colletti Barbosa. Para o senador, essas cobranças, em número excessivo, tiveram a partir de 2006 um aumento “exorbitante” nos preços, da ordem de 130%.

O presidente da Febraban, no entanto, negou que a arrecadação com tarifas bancárias tenha crescido, admitindo que os bancos arrecadam mais, mas em virtude do aumento no número de clientes e no volume de transações.

De acordo com dados apresentados pelo senador Flexa

Ribeiro (PSDB-PA) – que, com Mercadante, propôs a audiência na CAE –, os custos das tarifas cresceram cerca de 800% desde 1994, contra uma inflação de 170%. Segundo o presidente da Febraban, no entanto, em valores atualizados, a receita média de serviços por cliente caiu de R\$ 202, em 2001, para R\$ 184, em 2006 (menos 8,9%).

Fábio Barbosa confirmou que

o resultado da arrecadação com as tarifas chega a 130% da folha de salários do setor bancário. Mas salientou que o mais correto é comparar as receitas com os custos administrativos globais. Diante desses, frisou, as receitas representam 56%. Segundo ele, esses custos são pressionados por serviços terceirizados e, de forma crescente, pelos investimentos em tecnologia.



Fábio Barbosa (E), presidente da Federação Brasileira dos Bancos, e Aloizio Mercadante

Senadores defendem regulação e apontam abusos

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou, no debate com o presidente da Febraban, que ela e Flávio Arns (PT-PR) pretendem apresentar projeto para regulamentar os serviços bancários e isentar de tarifas a administração de conta-salário e de benefícios da Previdência.

Jefferson Péres (PDT-AM) disse estranhar o fato de as tarifas terem valores elevados nos bancos privados e nos estatais.

Valdir Raupp (PMDB-RO) criticou a cobrança de tarifa sobre cheques de baixo valor. A Jayme Campos (DEM-MT) e Valter

Pereira (PMDB-MS), Barbosa afirmou que os preços são ditados pelas próprias instituições.

Francisco Dornelles (PP-RJ) perguntou se a ampliação da presença do Banco do Brasil no sistema bancário mediante a incorporação de bancos sob intervenção não indicaria uma tendência estatizante. Barbosa defendeu, nessas situações, a realização de concorrência. Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a burocracia, que, frisou ele, impede o acesso ao crédito.

Delcídio Amaral (PT-MS) quis

saber por que os bancos impõem custos à liquidação antecipada de operação de crédito, ao que Barbosa disse que os empréstimos são casados com operações de captação. Arthur Virgílio (PSDB-AM) recomendou um aprofundamento do debate, sem “emocionalismos”.

Sobre comentário do presidente da Febraban de que as receitas de tarifas estariam estáveis (em 30% das receitas totais), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) observou que isso confirma a elevação dos ganhos com serviços.

Prejuízo com câmbio pode gerar benefício fiscal

As empresas prejudicadas pela valorização do real frente ao dólar e a outras moedas estrangeiras poderão receber benefícios fiscais e crédito subvencionado, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O presidente da comissão, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), promoveu um acordo para que a proposta seja enviada ao Plenário do Senado em regime de urgência, com o mesmo texto já aprovado na Câmara dos Deputados.

Entre as medidas incluídas na proposta está a possibilidade de descontar integralmente o valor de duas contribuições – aos programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – na compra de bens de capital a serem utilizados na produção, processamento ou fabricação dos seguintes itens: castanhas de caju, autopeças, máquinas para construção pesada e agricultura,

calçados e outros produtos de couro, têxteis, confecções e móveis.

Outra medida permite o acesso a empréstimos subvencionados (com recursos da União) às empresas dos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira e de couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecções e de móveis de madeira. Para tanto, essas empresas precisam ter receita operacional bruta anual de até R\$ 300 milhões.

Após ouvir representantes da OAB, dos estados e da Secretaria do Tesouro Nacional, relator da PEC dos Precatórios diz que divergências sobre o assunto são muito fortes

Não-pagamento fere estado democrático de direito, diz OAB

“O não-pagamento das dívidas judiciais por estados e municípios atenta contra o estado democrático de direito.” A opinião foi emitida pelo representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcos Luís de Resende, na audiência realizada pela CCJ sobre precatórios.

A reunião foi requerida por Valdir Raupp (PMDB-RO), relator na comissão de sete PECs que tratam do pagamento de precatórios judiciais. Na avaliação de Marcos Resende, a PEC 12/06 piora ainda mais a situação, “pois acaba com a ordem cronológica e a preferência nos pagamentos para os créditos alimentares”.

– Outro problema é que ela determina que 70% dos recursos reservados para os precatórios serão destinados para os pagamentos judiciais, por meio de leilões, entre credores – afirmou o representante da OAB, acrescentando que alguns estados não pagam precatórios há mais de 20 anos.

O presidente da Comissão de Precatórios da OAB-MG, José Alfredo Baracho Júnior, defendeu, em vez da realização de leilões, a reavaliação em juizados de conciliação das dívidas referentes a precatórios.



Eduardo Coutinho Guerra, Marcos Luís de Resende, Marco Maciel, José Roberto de Moraes e José Alfredo Júnior em audiência na CCJ

Estados apóiam proposta que cria regime especial para precatórios

Falando em nome dos estados na audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que debateu ontem os precatórios judiciais, o representante da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, José Roberto de Moraes, defendeu a manutenção da estrutura da proposta de emenda à Constituição que cria um regime especial para o pagamento de precatórios judiciais.

A PEC 12/06, de iniciativa de Renan Calheiros (PMDB-AL), tramita na CCJ com outras seis propostas apensadas. Determina que os recursos aplicados no pagamento de precatórios serão

equivalentes, no mínimo, a 3% da despesa primária líquida do ano anterior para a União, os estados e o Distrito Federal, e de 1,5% para os municípios. José Roberto afirmou que o valor do pagamento da dívida judicial era calculado até 1º de julho de um ano, para ser pago em dezembro do ano seguinte. Antes da estabilização da moeda, os valores se tornavam insignificantes.

– A partir de janeiro de 1995, o problema apareceu. Todas as correções dos períodos anteriores que vinham sendo repassadas ano a ano chegaram a 1995 com seu valor real. E os precatórios

novos, que estavam entrando, não seguiam mais o ritmo anterior de 18 meses de defasagem. A situação ficou absolutamente insustentável.

O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Eduardo Coutinho Guerra, frisou que os relatórios de gestão fiscal publicados pelos estados apontam redução no número de precatórios antigos que ainda não foram pagos. “Porém, houve crescimento no estoque de precatórios não pagos emitidos a partir de 2000”, disse.

Coutinho estimou que os estados devem, em precatórios, cerca de R\$ 26 bilhões.

Raupp considera um desafio chegar a acordo

“Os pontos de divergência são muito fortes, não existe uma proximidade de pensamento entre uma parte e a outra.” O desabafo foi feito por Valdir Raupp, relator de sete PECs sobre precatórios que tramitam na CCJ. Durante audiência na comissão, Raupp revelou que o principal problema que está enfrentando para elaborar o seu parecer é com relação ao pagamento dos precatórios de maior valor.

– Em alguns casos, é justo um deságio de mais de 50%, pois, do contrário, estados e municípios não poderão pagar nunca. Tenho tentado encontrar um ponto de equilíbrio, mas não é fácil. Mesmo assim, quero que a matéria seja votada pelo menos na CCJ até o fim do ano – afirmou.

Jefferson Péres (PDT-AM) observou que a situação não é boa para nenhuma das partes: os credores, principalmente os pequenos, são vítimas do não-pagamento dos precatórios; os governantes são constantemente assediados por decisões judiciais impossíveis de serem executadas.

Valter Pereira (PMDB-MS) informou que outras audiências serão agendadas para prosseguir a discussão do tema.

Campanha para doação de sangue e Jornada de Saúde para servidores

O Serviço de Qualidade de Vida, da Secretaria de Recursos Humanos do Senado (SERH), abriu ontem a terceira edição da campanha Doe Sangue, realizada em parceria com a Fundação Hemocentro de Brasília (FHB). Até amanhã, quando se encerra a campanha, os organizadores esperam captar 80 bolsas de sangue colhidas entre os funcionários da Casa e cumprir o objetivo de promover a doação por meio de processo educativo.

A campanha faz parte da 1ª

Jornada de Saúde e Qualidade de Vida do Senado, promovida pela SERH e pela Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams), em conjunto com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, com o Ministério da Aeronáutica, os laboratórios Sabin e Fleury, o Serviço Social do Comércio do DF (Sesc) e o Conselho Regional de Educação Física (Cref).

Estarão disponíveis aos servidores estandes de avaliação clínica, oficinas de lazer e atividade física.



Presidida por Cristovam (3º à esq.), Comissão de Educação irá propor texto que servirá de base para debate com o governo

Comunicação eletrônica deve ter projeto de lei geral

A Comissão de Educação (CE) deverá tomar a iniciativa de elaborar projeto de lei geral de comunicação social eletrônica, anunciou ontem o presidente do colegiado, senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Ao final de mais uma audiência sobre o tema, promovida com a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, Cristovam disse que o texto poderá servir de base para o debate sobre o tema entre os senadores e com o governo.

A elaboração da proposta foi defendida por Marconi Perillo

(PSDB-GO), que sugeriu sua apresentação “sem qualquer afronta ao governo”.

O professor Laurindo Leal Filho, do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), frisou que a nova lei “já vem tarde”. Ele lembrou que a comunicação de massa ainda é regida por uma lei de 1962. O jornalista Ethevaldo Siqueira defendeu a aprovação de lei única para todo o setor de comunicação, aí incluídas as telecomunicações e a comu-

nicação de massa.

O assessor especial da Casa Civil para a área de comunicação, André Barbosa Filho, sugeriu que se trabalhe em uma espécie de “convergência legal” na elaboração do projeto que vai regulamentar o setor de comunicação em tempo de convergência tecnológica. Já o coordenador jurídico nacional da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, Joaquim Carlos Carvalho, propôs uma conferência nacional de comunicação para discutir a proposta da nova legislação.



Efraim Morais (4º à esq.) na abertura de evento em homenagem ao Dia do Servidor

Arthur Virgílio discorda da pecha de que *Tropa de Elite* seja fascista

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, manifestou ontem em Plenário sua admiração pelo filme *Tropa de Elite*, do cineasta José Padilha, que tem causado polêmica desde antes de seu lançamento oficial. O senador rechaçou a pecha de “fascista” com que o filme foi qualificado por alguns críticos. Para ele, a fita permite uma reflexão sobre a “frouxidão, impunidade e ausência do aparelho de Estado”, que permite que crimes brutais como o do assassinato do menino João Hélio Fernandes Vieites, de seis anos, no Rio de Janeiro, permaneçam impunes.

Virgílio afirmou ainda que permanecerá atento à atuação



Genildo Magela

Virgílio destaca reflexão sobre “frouxidão, impunidade e ausência do Estado”

da Polícia Militar, que intimou o diretor José Padilha a prestar depoimento sobre a utilização de policiais no filme. O senador classificou a medida de “concessão ao fascismo”.

Alvaro Dias solidariza-se com beneficiários do Instituto Aerus

Alvaro Dias (PSDB-PR) solidarizou-se ontem com os aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social. Conforme o senador, a entidade está sob intervenção e liquidação extrajudicial desde abril de 2006, o que provocou, inicialmente, a diminuição dos benefícios recebidos e, agora, a extinção completa desses benefícios. Ele ressaltou que são 8 mil aposentados e pensionistas do Aerus que estão reivindicando providências do governo federal.

O senador cobrou uma “decisão imediata” do governo para restabelecer “a justiça e a



Genildo Magela

Segundo Alvaro, 8 mil aposentados e pensionistas estão sem benefícios

dignidade desses brasileiros”. O Aerus é uma entidade fechada de previdência privada que reúne empresas patrocinadoras ligadas ao setor aéreo.

Mão Santa condena interrupção da Operação Carro-Pipa no Nordeste

Mão Santa (PMDB-PI) criticou a interrupção da Operação Carro-Pipa em cidades do Norte e Nordeste brasileiras. Citando matérias jornalísticas, o parlamentar disse que o fornecimento de água potável para cidades vítimas da seca foi interrompido, pois o Exército não recebeu verbas suficientes do governo federal.

Conforme o senador, o programa beneficia 387 municípios de oito estados: Ceará, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins.

– O programa custa R\$ 10 milhões ao mês. Bastava não ter ido a essa viagem, pois vai gastar R\$ 100 milhões – criticou Mão Santa,



Genildo Magela

Exército não recebeu verbas suficientes para fornecimento, reclama Mão Santa

ao se referir à visita do presidente Lula ao continente africano.

O senador disse ainda que o governo pretende editar uma medida provisória para solucionar o problema.

Participantes de audiência na Comissão Mista de Mudanças Climáticas debatem propostas para que o país possa aliar crescimento econômico com inclusão social e preservação do meio ambiente

Especialistas defendem educação para a conscientização ambiental

O Brasil está retomando o ciclo de desenvolvimento econômico depois de quase duas décadas de estagnação. O grande desafio agora é aliar crescimento com inclusão social, com a manutenção dos valores democráticos e principalmente com a preservação ambiental, ação que passa pela educação.

Também é preciso conscientizar a população que cresceu acreditando na “eternidade” dos recursos naturais. Essas são algumas das conclusões da reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, realizada ontem.

– A reconstrução da rede social capilar das escolas é que leva a essa consciência – destacou Hamilton Pereira, secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Para formar essa conscientização, explicou Hamilton, uma das ações do ministério é a criação do Sistema Nacional de Educação Ambiental (Sisnea), a partir da Política Nacional de Educação Ambiental em vigor.

O diretor de Educação Ambiental do MMA, Marcos Sorrentino, disse que educação ambiental não se faz só com informação, mas com mudança de valores e comportamento. “O Sistema Nacional de Educação Ambiental deve ser



Márcia Kallme

Sorrentino (E), Mirian Duailibi, Hamilton, Malta, Casagrande, Rachel e Eda

articulado, e dialogar com todos os outros sistemas”, salientou.

Rachel Trajber, coordenadora geral de Educação Ambiental do MMA, explicou como o trabalho conjunto com o Ministério da Educação deve ajudar na mudança de valores, a partir de ações de educação difusas, com conferências e mobilização em cursos de formação continuada.

Ela também aposta na realização de conferências nas escolas e na efetivação da 3ª Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, em 2008, um processo de mobilização para a formação de comunidades sustentáveis.

Já a coordenadora do Laboratório de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Eda Tassara, acrescentou ainda que as chamadas “forças catastróficas”, que causam alarde sobre as consequências do aquecimento, não ajudam a compreender o “papel de cada um para a resolução do

problema”.

Mirian Duailibi, coordenadora-geral do Instituto Ecor para Cidadania, apresentou a teoria do triângulo de estabilização, cálculos que determinam a diminuição drástica das emissões de gases causadores do efeito estufa, como o CO₂. “Se as emissões não

forem cortadas em 50%, a Terra se aquecerá até 2050 em mais de dois graus centígrados, o que seria insuportável”, explicou.

Vice-presidente

Durante a reunião, o senador Magno Malta (PR-ES) foi eleito por aclamação o novo vice-presidente da comissão. Com a licença de Fernando Collor (PTB-AL), o cargo havia ficado vago.

Também foram aprovados dois requerimentos: o primeiro, de Renato Casagrande (PSB-ES), solicita uma audiência pública para que o Brasil assumira metas de redução de emissões de CO₂ a partir de 2012, quando acaba a primeira fase das resoluções do Protocolo de Kyoto.

O segundo, do deputado Rodrigo Rollemberg, pede audiência com representantes do Ministério Público do Pará, da Companhia Vale do Rio Doce e do governo do estado do Pará para discutir a instalação de uma termelétrica em Barcarena (PA).

Comissão debaterá recursos hídricos e tarifa de energia

O diretor de Planejamento, Gestão e Capacitação da Agência Nacional de Águas (ANA), Benedito Braga, sugeriu que integrantes da Comissão de Meio Ambiente (CMA) participem, com ele, do 5º Fórum Mundial da Água, a realizar-se em Istambul (Turquia), em 2009.

Para Braga, por deter cerca de 12% da água potável do mundo, o Brasil tem importância e experiência de vulto para participar desse seminário, que contará com uma conferência preparatória no início do próximo ano.

Por iniciativa do presidente da CMA, Leomar Quintanilha

(PMDB-TO), a comissão aprovou a realização de audiência pública destinada a examinar e debater temas para serem levados à consideração do fórum internacional.

A CMA autorizou ainda a realização de outra audiência, para examinar preços de serviços de energia elétrica e dos métodos de aumento dessas tarifas. Por sugestão de Marisa Serrano (PSDB-MS) e Valter Pereira (PMDB-MS), devem ser convidados os diretores das empresas de fornecimento de energia elétrica do Tocantins e de Mato Grosso do Sul, e os diretores responsáveis por esses estados na Agência

Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Na reunião, Flávio Arns (PT-PR) e Marisa Serrano cobraram providências concretas quanto aos relatórios que o Tribunal de Contas da União envia à comissão sobre irregularidades em obras públicas, pois, conforme os senadores, muitos terminam sendo arquivados. Quintanilha argumentou que a CMA tem poderes limitados, mas sugeriu a criação de grupos de trabalho para setORIZAR as atribuições do órgão: de defesa do consumidor, fiscalização e controle e meio ambiente.

Em celebração requerida por Mesquita Júnior, parlamentares defendem a democratização do acesso aos serviços de reabilitação física

Homenagem ao fisioterapeuta e ao terapeuta ocupacional

A primeira parte da sessão plenária de ontem do Senado foi dedicada a celebrar o Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, comemorado em 13 de outubro. Os senadores ressaltaram a importância desses profissionais no trabalho de reabilitação física das pessoas.

Presidida por Mesquita Júnior, a ho-

menagem reuniu na Mesa os assessores técnicos do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Ingrid Farina, Denilson Magalhães e Lukas Darién, além do presidente e da vice-presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Ricardo Lotif e Ana Cristina Brasil.



Mesquita Júnior (3º à dir.) preside sessão cuja hora do expediente foi dedicada a homenagear fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais

MESQUITA JÚNIOR

O senador homenageou ontem a categoria profissional dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais pelo transcurso do seu dia comemorativo. Mesquita Júnior (PMDB-AC) lembrou que a profissão completa 38 anos de reconhecimento legal e assinalou que a especialização dessa área médica reabilitou inúmeros brasileiros com distúrbios cinético-funcionais, boa parte deles adquiridos em razão de acidentes de trânsito.

MÃO SANTA

A importância do trabalho desempenhado pelos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais foi destacada pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Citando exemplo de tratamento usufruído pela própria mãe, ao se recuperar de acidente doméstico, ele lembrou seus esforços, à época em que foi governador do Piauí, para implantar 12 centros de fisioterapia no estado para democratizar o acesso de toda a população aos serviços desses profissionais.

JOSÉ NERY

José Nery (PSOL-PA) homenageou os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais afirmando que eles “prestam um valioso trabalho para a população brasileira”. Entretanto, continuou, tais profissões são discriminadas na sociedade brasileira, principalmente em relação aos salários, mais baixos que os de outros profissionais da saúde. Para o senador, a categoria deve ser incluída no Programa Saúde da Família.

JAYME CAMPOS

A melhor forma de homenagear os mais de 120 mil fisioterapeutas brasileiros seria ampliar o mercado de trabalho inserindo esses profissionais nas ações básicas de saúde, como o Programa Saúde da Família, para cuidar de pequenas seqüelas e também preveni-las. A sugestão foi feita por Jayme Campos (DEM-MT), ao lembrar que tramitam na Câmara dois projetos que incluem a categoria na área básica de saúde.

PAPALÉO PAES

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ressaltou que o terapeuta ocupacional ajuda na reabilitação física de pessoas portadoras de deficiências mentais ou físicas. Sobre a fisioterapia, o parlamentar disse que a atividade “presta um papel de grande destaque no plano social e interfere de forma decisiva em vários níveis de atenção à saúde: promoção, prevenção, reabilitação e cura”.

SERYS SLHESARENKO

Serys Slhessarenko (PT-MT) salientou a relevância social dos fisioterapeutas e dos terapeutas ocupacionais, que salvam vidas tal qual o fazem médicos, enfermeiros e outros. A senadora frisou que, em 2008, o Brasil comemorará os 200 anos da chegada da família real portuguesa ao país, que representou a transformação da nação em centro do império luso e é também o marco inicial da introdução da fisioterapia no Brasil.

ARTHUR VIRGÍLIO

Ao recordar sua condição de praticante de artes marciais, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que recorreu várias vezes aos profissionais de fisioterapia e de terapia ocupacional em razão de fraturas e problemas nos ligamentos que sofreu ao longo de sua vida. O senador ressaltou que a fisioterapia “acompanha os avanços da medicina ortopédica e restitui vida, alegria e conforto ao descrente na sua própria recuperação”.

MARCONI PERILLO

Marconi Perillo (PSDB-GO) apresentou um histórico da evolução da fisioterapia no país. O senador destacou a criação do primeiro serviço dessa especialidade da América do Sul, no Hospital de Misericórdia do Rio de Janeiro, em 1884. Ele se referiu também à fundação, em São Paulo, já em 1919, do Departamento de Eletricidade Médica, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Conselho define hoje cronograma dos processos contra Renan

Foi adiada de ontem para hoje, às 10h, a reunião do Conselho de Ética que irá discutir o cronograma de trabalho dos relatores dos três processos que tramitam no colegiado contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Segundo o presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o adiamento foi necessário para compatibilizar a agenda de compromissos dos relatores – João Pedro (PT-AM), Almeida Lima (PMDB-SE) e Jefferson Péres (PDT-AM). Quintanilha afirmou ainda que, caso chegue ao conselho a quinta representação contra Renan até o início da reunião de hoje, incluirá a matéria entre os itens a serem discutidos.

– Quem sabe a gente não indica até um relator para esse processo já na reunião de amanhã [hoje] – disse.



Roosevelt Fimheiro

Quintanilha admite indicar hoje relator para quinta representação contra senador

O processo ao qual se refere Quintanilha é o que deverá ser aberto para atender à representação, proposta pelo DEM e pelo PSDB, que visa investigar denúncia de que Renan estaria por trás de um esquema de espionagem contra os senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO).

José Nery quer “tempo adequado” para votação de representações

O senador José Nery (PSOL-PA) disse ontem que dificilmente o Conselho de Ética conseguirá votar as quatro representações contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, até o dia 2 de novembro.

– Temos que trabalhar com celeridade, mas dar aos relatores o tempo adequado para fazerem uma boa investigação – disse

Nery, integrante do partido que apresentou três das quatro representações em andamento, e a primeira, já julgada.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), recomendou que os processos sejam encaminhados “sem agonia e com prudência”, agora que a licença de Renan propiciou as condições para que o Senado possa deliberar sobre as denúncias livre de pressões.

Tuma: depoimento de servidor à Corregedoria já está disponível

Romeu Tuma (PTB-SP), corregedor do Senado, informou ter enviado aos membros do Conselho de Ética toda a documentação sobre o depoimento do servidor do Senado Marcos Evandro Cardoso Santi à Corregedoria Parlamentar. O senador lembrou que o depoimento do ex-secretário-geral-adjunto da Mesa foi tomado em 29 de agosto de 2007.

O corregedor disse que, na semana seguinte à oitava, enviou cópia do depoimento (com as notas taquigráficas e mais documentos entregues pelo depoente) para todos os integrantes do Conselho de Ética, inclusive Jefferson Péres (PDT-AM), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente do conselho.

Tuma também afirmou que os

senadores Wellington Salgado (PMDB-MG) e Renato Casagrande (PSB-ES) presenciaram o depoimento, e que tudo foi gravado e transcrito, estando essa documentação à disposição de todos os senadores.

Consultor concursado do Senado, Santi pediu demissão do cargo no dia 28 de agosto por discordar, como justificou, da pressão que os órgãos técnicos da Casa estariam sofrendo para se posicionarem em defesa do então presidente do Senado, Renan Calheiros, investigado em processos por quebra de decoro parlamentar.

– Nenhuma vírgula foi mudada do que ele falou. Todos os membros do Conselho de Ética receberam os documentos, só resta a eles analisá-los – assinou Tuma.